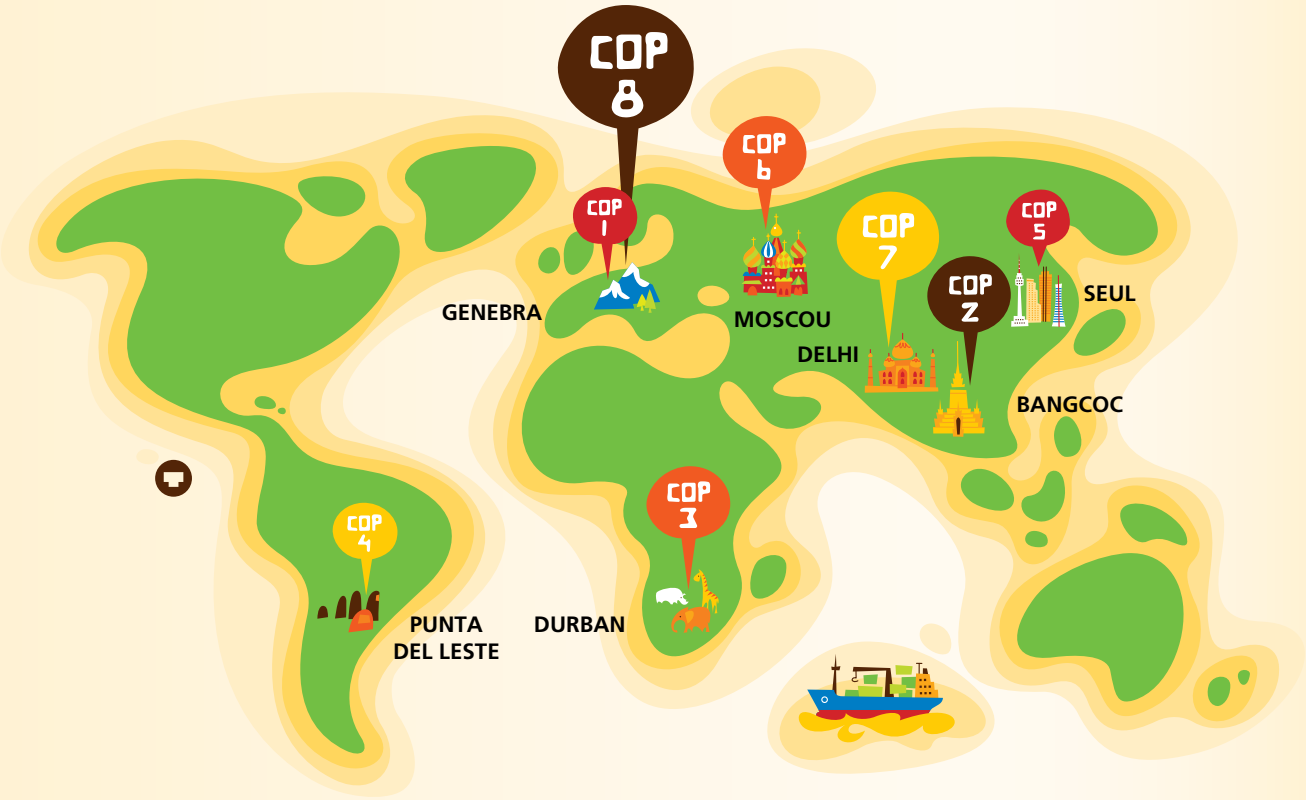
SindiTabacoNews

julho, agosto, setembro de 2018

SINDITABACO

Momento de **proteger a 15ª maior receita** agropecuária do **Brasil**



Na primeira semana de outubro as atenções da cadeia produtiva do tabaco estarão voltadas para Genebra, na Suíça, onde será realizada a 8ª Conferência das Partes (COP 8) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). As resoluções da convenção internacional podem afetar diretamente a produção e comercialização do produto em todo o mundo.

No Brasil, o tabaco tem grande relevância econômica e social: proporciona trabalho para 600 mil pessoas no meio rural e 40 mil nas indústrias, é a 8ª maior receita agropecuária da Região Sul e 15ª no ranking nacional, além de ser o 10º produto do agronegócio mais exportado pelo País. "É razoável que o setor produtivo queira saber o que o Brasil vai defender, considerando que as decisões poderão impactar a vida de muitas famílias e municípios produtores", diz o presidente do SindiTabaco, Iro Schünke.

A posição dos representantes brasileiros na COP 8, que deve ser enviada à organização do evento até 1º de agosto, é uma preocupação do setor. "As questões relacionadas à saúde já evoluíram muito na última década desde a ratificação da Convenção-Quadro. Tememos que as medidas passem a afetar o campo, a renda e os empregos dos brasileiros", conclui o executivo.

EXPRESSÃO

- Pelo 25º ano consecutivo, o **Brasil** é o **líder mundial em exportações de tabaco**. **Em 2017** foram exportadas **462 mil toneladas**, movimentando **US$ 2,09 bilhões**.
- O Brasil é o **2º maior produtor de tabaco do mundo**, atrás somente da China.
- O tabaco é produzido em **566 municípios** e, em alguns, chega a representar até **90% da arrecadação total**.
- Na safra **2016/2017** foram produzidas **686 mil toneladas**, que renderam **mais de R$ 6,09 bilhões** em receita aos **150 mil produtores** e **R$ 13,9 bilhões em impostos**.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Iro Schünke

O segundo semestre que inicia traz contornos de definições para o Brasil e para o setor do tabaco. Depois de um trimestre conturbado com a greve dos caminhoneiros, vemos à frente um período de grandes incertezas. Na mesma semana em que os brasileiros estarão decidindo o futuro da nação por meio do voto, o setor do tabaco estará atento aos movimentos realizados no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco. A próxima Conferência das Partes, em sua oitava edição, preocupa pela falta de transparência sobre a condução dos temas que serão debatidos por parte da delegação brasileira.

Apesar de vislumbrar uma recuperação aos patamares normais na exportação de tabaco em 2018, reafirmando a posição do setor como um dos importantes itens da pauta de exportação brasileira, em especial da gaúcha – onde em 2017 representou cerca de 10% do volume embarcado – estamos atentos aos movimentos antitabaco que deixaram de atuar apenas nas fronteiras da saúde e passaram a querer interferir na produção de tabaco, influenciando o mercado como um todo. É uma conduta que tem se repetido a cada dois anos, apesar do compromisso assumido pelo governo brasileiro ao ratificar o tratado de que não prejudicaria a produção e exportação local.

Aguardamos para agosto, prazo final de envio das posições dos países que fazem parte da Convenção, um posicionamento da comissão brasileira sobre como se portará no encontro. E claro, a comunicação efetiva sobre os temas para a sociedade a qual eles representam, em especial para as 2,5 milhões de pessoas que vivem direta ou indiretamente da receita advinda da produção e exportação de tabaco no País.

FALA, PRODUTOR!

Este espaço é dedicado aos produtores que fazem parte do SIPT (Sistema Integrado de Produção de Tabaco) em todas as regiões do Sul do País.

GERALDO VASCELIK
Itaiópolis - SC

ITAIÓPOLIS

Quando o assunto é diversificação de renda, Geraldo Vascelik é a prova de que a prosperidade está em evitar a monocultura. Ele divide a propriedade de 21,7 hectares em três culturas com finalidade econômica: 46,4% da área de lavouras é ocupada com soja, 42,9% com tabaco e 10,7% com milho. Em relação à renda, o tabaco é a principal cultura. São 100 mil pés cultivados em seis hectares, que têm produção de 17 toneladas e a expectativa de renda bruta é de R$ 160 mil. O cultivo de soja ocupa 6,5 hectares, com produção de 23,4 toneladas e renda bruta de R$ 23,7 mil. E o milho, cultivado em 1,5 hectare, tem renda bruta de cerca de R$ 5 mil.

Uma das práticas sustentáveis adotadas por Vascelik é a rotação de culturas nas lavouras, especialmente entre milho e tabaco. "A qualidade é muito melhor se a gente intercala com outras culturas", salienta. Ele conta que conhece a produção do tabaco desde a infância, pois era a principal atividade agrícola do seu pai, João Vascelik. E segue na atividade por causa da rentabilidade, pois, em área semelhante à destinada para soja, por exemplo, não obtém o mesmo nível de rentabilidade. Atualmente trabalham na propriedade Geraldo e a esposa Jolcimara.

A PROPRIEDADE

- **21,7 hectares**
- **14** hectares de área de lavouras
- **100 mil** pés de tabaco Virgínia
- **3,8** hectares de reflorestamento
- **1,9** hectares de área de preservação permanente
- **1** hectare de pastagem nativa
- **3** estufas elétricas
- **Propriedade diversificada:** soja, tabaco e milho
- **Máquinas:** trator e implementos agrícolas

ENTREVISTA

Helton Yomura, Ministro do Trabalho.

É importante haver conscientização dos trabalhadores para a adesão às normas de saúde e segurança nas atividades laborais?
Ministro Helton Yomura: Essa conscientização é muito importante, pois o trabalhador, dependendo do ambiente de trabalho, pode estar exposto a variados riscos, em muitos casos até desconhecidos por ele. Por isso, nas questões de segurança e saúde no trabalho, tanto a CLT quanto as Normas Regulamentadoras, estabelecem obrigações para os empregadores, assim como aos trabalhadores. Por exemplo, na NR 01, uma das obrigações dos empregadores é informar aos trabalhadores os riscos profissionais nos locais de trabalho e os meios para prevenir. Em relação às obrigações dos trabalhadores, cabe a estes cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho.

Como é feita a certificação dos EPIs? O que são os CAs?
Ministro Helton Yomura: O Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), instituído na CLT, encontra-se regulamentado pela Norma Regulamentadora nº 6. Segundo essa NR, os EPIs só poderão ser comercializados ou utilizados com a indicação do CA. Na NR 6, o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, é o órgão nacional competente para expedição do referido Certificado. Para obter o CA, os fabricantes e importadores devem apresentar diversos documentos, dentre os quais, relatório de ensaio que comprove que o EPI cumpre a proteção informada. Portanto, o CA qualifica um determinado produto como sendo um EPI.

No setor de tabaco, as indústrias investiram no desenvolvimento da vestimenta de colheita. O MTE vê com bons olhos essas iniciativas?
Ministro Helton Yomura: Todas as iniciativas que venham proteger os trabalhadores são vistas com bons olhos pelo Ministério do Trabalho. No entanto, antes de adotar qualquer tipo de EPI, é necessário verificar se o ambiente de trabalho pede o uso desse equipamento. Os patrões devem buscar orientação junto a profissionais de segurança e saúde no trabalho para que estes orientem qual é a melhor maneira de proteger o trabalhador. Antes de utilizar qualquer tipo de EPI, os empregadores devem adotar medidas que protejam a coletividade dos trabalhadores (proteções coletivas). Se estas não forem suficientes, devem adotar medidas administrativas ou de organização do trabalho. E, só em último caso, devem ser adotados equipamentos de proteção individual. Se um EPI for utilizado de forma inadequada, ao invés de proteger, pode colocar em perigo a vida do trabalhador.

SALA DE AULA

Uma década de conscientização

Pelo 10º ano, o ***Ciclo de Conscientização sobre saúde e segurança do produtor e proteção da criança e do adolescente*** está levando conhecimento quanto aos cuidados para a manutenção da saúde do trabalhador do campo. Neste ano, o primeiro município a sediar o seminário foi Grão Pará, em Santa Catarina. Em julho, os eventos são nos municípios de Paulo Frontin, no Paraná, dia 17; Bela Vista do Toldo, em Santa Catarina, dia 18; Passo do Sobrado, no Rio Grande do Sul, dia 24; e São Lourenço do Sul, também no RS, dia 26. E o último seminário do atual Ciclo ocorre em Itaipulândia, no Paraná, dia 7 de agosto.

Na programação dos eventos estão vídeos sobre uso da vestimenta de colheita e cuidados no manuseio de agrotóxicos, um bate-papo sobre trabalho infantil com especialistas e apresentação teatral abordando os temas. Realizados em municípios produtores de tabaco desde 2009, os seminários atendem a acordos firmados por representantes do setor do tabaco com o Ministério Público do Trabalho (MPT-RS e MPT-Brasília) e reúnem produtores rurais e lideranças locais. Até o ano passado, 23 mil pessoas já haviam participado.

CALENDÁRIO

Grão Pará/SC	13/junho
Paulo Frontin/PR	17/julho
Bela Vista do Toldo/SC	18/julho
Passo do Sobrado/RS	24/julho
São Lourenço do Sul/RS	26/julho
Itaipulândia/PR	07/agosto

A lei não é para todos

Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade.

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, com dados até o dia 30 de setembro de 2016, revela que União, Estados e municípios editaram 5,47 milhões de normas desde a promulgação da atual Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988. Pode parecer incrível, e é: foram 535 leis, decretos, medidas provisórias, normas complementares ou emendas editadas por dia, em média.

Este verdadeiro afã de regulamentar tudo e todos trazem algumas consequências importantes e graves para o país. Por um lado, a verdade é que uma parte do mercado se adapta e segue as leis, decretos e normas. Todas as empresas sérias naturalmente procuram se informar para obedecer aos regulamentos vigentes, ainda que isto gere custo, inclusive. Não é coincidência que no Brasil as empresas são as campeãs mundiais em horas dispendidas para o atendimento das exigências fiscais: 2.600 horas!

Outra parte do mercado, o ilegal, no entanto, simplesmente ignora o Estado, os decretos, leis, normas técnicas - e ignora solenemente, sem qualquer receio das consequências que esta postura pode acarretar. E por que a falta de receios? A resposta é simples: o poder público não tem uma estrutura fiscalizatória que dê conta de controlar este emaranhado de legislações - aliás, parte delas conflitantes entre si.

Em outras palavras, o mercado ilegal, livre e sem respeitar quaisquer regras, afasta investimentos, tira empregos e renda dos brasileiros, afetando diretamente a geração de riqueza no país. Para entrar na trilha do desenvolvimento sustentado, o Brasil não precisa de leis novas a todo instante, necessita muito mais de tranquilidade institucional e controles rígidos, maior fiscalização do que já vigora. O mercado legal e o consumidor brasileiro merecem respeito.

Adaptação do texto publicado no Correio do Estado, em 15 de março 2018.

CURTAS

HISTÓRIAS

O Instituto Crescer Legal lançou um novo canal para divulgar experiências dos jovens aprendizes. Trata-se de um blog que retrata a relação entre a juventude e o campo. O canal www.crescerlegal.com.br/historias dá voz aos jovens e apresenta singularidades de cada realidade. Essa é uma das novidades do Instituto, que está com sete turmas do Programa de Aprendizagem Profissional Rural em andamento. No total, são quase 130 jovens aprendizes, de localidades rurais dos municípios gaúchos de Candelária, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz, Boqueirão do Leão e Sinimbu.

DR. NIKO TINO

Um vídeo bastante irreverente alerta sobre a necessidade de prevenção da doença da folha verde do Tabaco. Trata-se do Mundo do Dr. Niko Tino, disponível no canal do SindiTabaco no YouTube. Nele, o ator Cristiano Pereira explica como a nicotina das folhas verdes pode ser absorvida pela pele, a comprovação da eficácia da vestimenta de colheita e a forma correta de prevenção. O vídeo, que compõe a programação dos seminários do ***Ciclo de Conscientização***, aborda ainda temas como uso seguro de agrotóxicos e a devolução das embalagens vazias.

EXPORTAÇÕES

Em 2018, deve haver aumento de 10% a 15% no volume de tabaco brasileiro exportado em relação a 2017 (quando foram embarcados 462 mil toneladas). A tendência é apontada pela pesquisa da PriceWaterhouseCoopers, que também mostrou a possibilidade de aumento de 15% a 20% em dólares (em 2017 foram US$ 2,09 bilhões). Em 2018, o Brasil alcançou o marco de 25 anos consecutivos ocupando a liderança mundial em exportações de tabaco, sendo responsável por cerca de 30% das exportações do produto.

EMBALAGENS

Até 24 de setembro, os caminhões do Programa de Recebimento de Embalagens estão percorrendo a região central do Rio Grande do Sul. O roteiro iniciou em junho, por Santa Cruz do Sul, e promove a devolução dos recipientes vazios de agrotóxicos usados por produtores de 54 municípios, como Vera Cruz, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Vale do Sol, Candelária, Venâncio Aires, Novo Cabrais, Cerro Branco e Agudo. O recebimento das embalagens segue um cronograma divulgado pela Afubra e pelas equipes de campo das empresas associadas ao SindiTabaco.

Cultivo na resteva: preservação e renda

Uma prática comum entre os produtores rurais do Sul do Brasil é o cultivo de uma segunda safra no mesmo ano, com o plantio de grãos e pastagens após a colheita do tabaco. Essa iniciativa vem crescendo ano a ano devido às vantagens obtidas e ao apoio das indústrias de tabaco, de entidades representativas da atividade rural e dos governos dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Entre os principais benefícios está a preservação do meio ambiente devido à proteção do solo e da água e à interrupção do ciclo de proliferação de pragas e ervas daninhas. Com isso, há menos erosão e redução na aplicação de pesticidas e fertilizantes. Outra vantagem é financeira, pois há redução nos custos de produção devido ao aproveitamento residual da adubação e, consequentemente, menores gastos na produção de proteína (carne, leite e ovos), com a utilização do milho da safrinha e das pastagens no trato animal.

Conforme levantamento feito pelos gestores do *Programa Milho, Feijão e Pastagens*, as estimativas são de que a safrinha de 2018 injete R$ 550 milhões nos municípios produtores de tabaco dos três estados sul-brasileiros. No total, foram cultivados quase 111 mil hectares de milho e 17,4 mil hectares de feijão, com expectativa de rendimento de R$ 414,2 milhões para o milho, R$ 68,3 milhões para o feijão. Houve também plantio de soja, que deve render em torno de R$ 67,5 milhões nos mais de 18,3 mil hectares cultivados. Em relação às pastagens, a área plantada superou os 40 mil hectares.

CAMINHOS DO TABACO

- Localizado do Planalto Norte Catarinense, Mafra é um importante entroncamento rodoferroviário e tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a indústria.
- Prefeito: Wellington Bielecki

As principais regiões produtoras de tabaco são destaque a cada edição da SindiTabaco News. A seguir, conheça um pouco mais sobre o município de Mafra, distante 295 quilômetros de Florianópolis, capital de Santa Catarina.

Mafra tem na agropecuária um dos seus pilares econômicos. Cerca de 36% do PIB municipal tem origem na produção dos 1.940 estabelecimentos rurais. Segundo o secretário de Agricultura, Rogério Gislon, a maioria das propriedades (1.631) tem até 50 hectares, ocupando 26,8% da área agrícola do municípios (23.330 dos 86.975 hectares de lavouras).

Conforme Gislon, quanto à diversificação nas pequenas propriedades (até 10 ha), há predominância do tabaco como fonte de renda. "Algumas também produzem leite, além de culturas de subsistência", explica. "Nas médias propriedades, há diversificação com tabaco, leite, milho, soja e pecuária", acrescenta. "E nas grandes propriedades, de mais de 100 hectares, a principal cultura é a soja, seguida pelo milho".

Na safra 2016/2017, 1.463 famílias de Mafra produziram 6.283 toneladas de tabaco, em 2.822 hectares, segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

MAFRA EM NÚMEROS

Fonte: Prefeitura e IBGE

População (estimada 2017): **55.907** habitantes
Área territorial: **1.404** km²
Altitude: **793** metros
PIB (2015): **R$ 1.360.530.000,00**
Produtores de tabaco: **1.463**
Produção de tabaco (2016/2017): **6.283** toneladas
Total de estabelecimentos rurais: **1.940**
Área média das propriedades: **44,83** hectares

VOCÊ SABIA?

Histórico da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

2005

Brasil ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), mas o governo brasileiro se compromete a não prejudicar a produção de tabaco no país, por meio da Declaração Interpretativa assinada por seis ministros.

2006

COP1 (Genebra, Suíça) Elaboração das recomendações sobre fumar em local público e regulamentação sobre ingredientes dos cigarros.

2007

COP2 (Bangcoc, Tailândia) começa a discutir um Protocolo Internacional sobre Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco.

2008

COP3 (Durban, África do Sul) adota diretrizes para a implementação dos artigos 5.3 (veto ao diálogo com a indústria), 11 (embalagens) e 13 (anúncios, patrocínios e promoções de produtos de tabaco).

2010

COP4 (Punta del Leste, Uruguai) aprova diretrizes para aplicação dos artigos 12 (comunicação e conscientização pública) e 14 (meios de parar de fumar), e diretrizes parciais para aplicação dos artigos 9 e 10 (ingredientes e divulgação dos constituintes do cigarro).

2012

COP5 (Seul, Coreia do Sul) aprova o Protocolo Internacional sobre Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco. Propõe política de diversificação da cultura de tabaco, que não é aprovada.

2014

COP6 (Moscou, Rússia) aprova o documento sobre os artigos 17 (diversificação) e 18 (proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas) e cria diretrizes para a implementação das medidas relativas a preços e taxas.

2016

COP7 (Nova Délhi, Índia) amplia os financiamentos para o desenvolvimento de alternativas economicamente viáveis. Além disso, países que não plantam tabaco receberam a recomendação de não começar a produzir.

2018

COP8 (Genebra, Suíça), de 1º a 6 de outubro. A pauta deve girar em torno de temas como contrabando e novos produtos de tabaco.

CALENDÁRIO

13 DE JULHO
28º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)

17 DE JULHO
10º Ciclo de Conscientização em Paulo Frontin/PR

18 DE JULHO
10º Ciclo de Conscientização em Bela Vista do Toldo/SC

24 DE JULHO
10º Ciclo de Conscientização em Passo do Sobrado/RS

25 DE JULHO
Dia da Agricultura e do Produtor Rural

26 DE JULHO
10º Ciclo de Conscientização em São Lourenço do Sul/RS

7 DE AGOSTO
10º Ciclo de Conscientização em Itaipulândia/PR

18 DE AGOSTO
Dia Nacional do Campo Limpo (inpEV)

ASSOCIADAS

O SindiTabaco congrega 15 empresas associadas e atende demandas de todo o Brasil, com exceção dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. A transparência e a visibilidade são estratégicas ao SindiTabaco, que enfatiza a importância social/econômica do setor, seja na geração de empregos e tributos, como na relevância do tabaco na economia de municípios e Estados da Região Sul. Além disso, a Entidade incentiva a sustentabilidade, por meio da responsabilidade social e ambiental, que reitera o sentido da existência do Sindicato e de sua ampla atuação.

- Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.
- ATC – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda.
- Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S.A.
- China Brasil Tabacos Exportadora S.A.
- CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A.
- Industrial Boettcher de Tabacos Ltda.
- Intab – Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.
- JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda.
- Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.
- Premium Tabacos do Brasil S.A.
- Profigen do Brasil Ltda.
- Souza Cruz Ltda.
- Tabacos Marasca Ltda.
- Universal Leaf Tabacos Ltda.
- UTC Brasil Indústria e Comércio de Tabaco Ltda.

EXPEDIENTE

SINDITABACO

Esta é uma publicação trimestral do SindiTabaco (Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco) dirigida a autoridades, consultores, produtores e lideranças empresariais e políticas.

Realização: SindiTabaco
(www.sinditabaco.com.br)
Rua Galvão Costa, 415 - Centro
96810-012 - Santa Cruz do Sul - RS
Fone: (51) 3713 1777

Coordenação editorial:
MSL ANDREOLI

Tiragem:
3,7 mil exemplares

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® 0000